

A MENSAGEM LUSO-TROPICAL DO COLONIALISMO PORTUGUÊS TARDIO: O PAPEL DA PROPAGANDA E DA CENSURA

THE LUSO-TROPICAL MESSAGE OF LATE PORTUGUESE COLONIALISM:
THE ROLE OF PROPAGANDA AND CENSORSHIP

Cláudia Castelo *

CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA TECNOLOGIA, FACULDADE DE CIÊNCIAS-
UNIVERSIDADE DE LISBOA
cscastelo@fc.ul.pt

Resumo:

Numa genealogia da lusofonia, enquanto conceito político e ideológico, é possível detetar a versão simplificada e nacionalista do luso-tropicalismo, construída durante e pelo Estado Novo português no pós Segunda Guerra Mundial. Esse expediente discursivo serviu a política externa portuguesa e apelou à mobilização interna, em torno da defesa da ‘nação pluricontinental e multirracial do Minho a Timor’, face às crescentes pressões internacionais para a autodeterminação das colónias. Paradoxalmente, foi durante a guerra colonial (1961-74) que a ditadura portuguesa levou mais longe a instrumentalização do ideário luso-tropical. Veiculado pela propaganda, o luso-tropicalismo norteou também as preocupações da censura aos textos sobre o ultramar dos anos 60 ao fim da ditadura, graças às diligências do Gabinete de Negócios Políticos, do Ministério do Ultramar. O facto de não só a propaganda mas também a censura ter conscientemente veiculado uma mensagem luso-tropicalista é um dado novo, que concorre para a compreensão da perenidade da narrativa sobre a excecionalidade da relação de Portugal com os trópicos.

Palavras-chave: censura; colonialismo; Estado Novo português; luso-tropicalismo; propaganda.

* Historiadora, investigadora auxiliar, ao abrigo do Programa Investigador FCT 2013, no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, polo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, desde janeiro de 2014. Autora de «*O modo português de estar no mundo*»: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1999) e *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole* (2007). Co-organizadora de *Os outros da colonização: Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique* (2012). Os seus atuais interesses de pesquisa situam-se na confluência entre a História do Imperialismo, a História da Ciência e a História Oral. Tem em curso um projeto de investigação sobre os envoltimentos imperiais das ciências de campo na era das descobertas.

Abstract:

In the genealogy of lusophony as a political and ideological concept, it is possible to detect a simplified and nationalist version of Luso-tropicalism, built during the Portuguese *Estado Novo* in the post-Second World War. Responding to a growing international pressure towards self-determination of its colonies, this official discursive shift has served Portuguese foreign policy and contributed to internal mobilization around the defense of a 'pluricontinental and multiracial nation from Minho to Timor'. Paradoxically, it was during the colonial war years (1961-74) that the Portuguese dictatorship explored even further the Gilberto Freyre's doctrine. Conveyed by the Portuguese state propaganda, Luso-tropicalist key ideas also have guided the concerns of censorship regarding the mass media coverage of Portuguese overseas provinces affairs, in the 1960s and early 1970s. The fact that not only the propaganda but also the censorship have conveyed a Luso-tropicalist message is a new given and contributes to the understanding of the enduring narrative about the exceptionality of Portuguese relation with the tropics.

Keywords: censorship; late Portuguese empire; luso-tropicalism; propaganda.



A 'tradução' do luso-tropicalismo pelo Estado Novo

O Estado Novo português, nas décadas de 1930 e 1940, rejeitou implicitamente ou abertamente o pensamento do cientista social brasileiro Gilberto Freyre sobre a relação de Portugal com os trópicos, patente nos seus livros *Casa grande & senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940). A importância que Freyre conferia à mestiçagem biológica e cultural, à negação do purismo étnico, à herança árabe e africana na gênese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa não estava em consonância com a ideologia colonial portuguesa daquele período, ainda muito marcada pelo darwinismo social. Mesmo a afirmação de que "Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade [transnacional ou supranacional] de sentimento [no sentido de experiência social dos homens] e de cultura" (Freyre, 2010 [1940]: 25) não agradava ao nacionalismo imperialista dos governantes portugueses. As ideias do escritor brasileiro só após o fim da Segunda Guerra Mundial puderam ser acolhidas mais favoravelmente no

seio do regime salazarista (cf. Alexandre, 1979: 7-8). Cunhado durante o périplo de Gilberto Freyre por “terras portuguesas”, a convite do Governo português, mais concretamente nas conferências que proferiu em Goa em novembro de 1951 e em Coimbra em janeiro de 1952 (Freyre, 1953), o luso-tropicalismo foi uma narrativa muito conveniente para o Estado Novo face ao desencadeamento do processo descolonizador na Ásia e sobretudo em África para justificar com argumentos supostamente científicos a integridade do império. A partir de meados dos anos 50, perante as pressões externas favoráveis à autodeterminação dos territórios não autónomos, verificou-se um esforço sistemático para colocar o luso-tropicalismo ao serviço da política externa portuguesa (Castelo, 1999: 96-101).

Paralelamente, assistiu-se à penetração do luso-tropicalismo no meio académico e científico nacional, nomeadamente no seio do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), a antiga Escola Superior Colonial, que preparava quadros para a administração colonial, e do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) da Junta de Investigações do Ultramar (JIU), sucessora da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JIC, 1936-51), organismo diretamente dependente do Ministro do Ultramar, de coordenação da investigação científica e técnico-científica sobre/nas colónias (*ibidem*: 101-107). A adesão de vários académicos portugueses ao luso-tropicalismo não impede, nalguns casos, uma consciência crítica relativamente ao que se passava nas colónias portuguesas. Em relatórios confidenciais – nomeadamente de Orlando Ribeiro (1999 [1956]), Professor de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa e chefe de várias missões de Geografia Física e Humana às colónias criadas no âmbito da JIC/JIU, e de Jorge Dias (Pereira, 2006a, Anexos), Professor de Antropologia do ISEU, investigador e diretor interino do CEPS, chefe da Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português criada no âmbito daquele Centro –, emerge a abissal distância que separava a ação colonial da doutrina luso-tropical (cf. Gallo, 1988; Pereira, 2006b). De facto, a colonização portuguesa no século XX, como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação (vd. p.e.: Castelo, 2007: 283-330).

O processo de apropriação discursiva de uma versão instrumentalizada do luso-tropicalismo, sobretudo ao serviço da política externa, da propaganda e da mobilização interna, é levado ainda mais longe no

período do colonialismo tardio. Paradoxalmente, é depois do início das lutas de libertação nacional nas colónias africanas, que o Estado colonial português se esforça por inculcar o antirracismo nos portugueses e conformar o comportamento dos funcionários administrativos e dos colonos ao ideário luso-tropicalista.

Após o início da guerra em Angola, e com a subida de Adriano Moreira a ministro do Ultramar¹, é promulgado um conjunto de diplomas reformistas, destacando-se a revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique e conseqüentemente o fim do trabalho forçado, o regulamento de ocupação e concessão de terrenos, a organização das regedorias nas províncias ultramarinas, a criação dos Institutos do Trabalho, Previdência e Ação Social de Angola e de Moçambique, o Código do Trabalho Rural e a criação do Espaço Económico Português de livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas.

Toda a retórica usada para justificar a abolição do indigenato está em sintonia com o luso-tropicalismo: a conduta de Portugal desde os tempos da Expansão ter-se-ia pautado pela crença na “igualdade do género humano e [n]a dignidade do homem independentemente da sua cor, raça ou civilização”, bem como pelo “respeito pelas culturas alheias” (Ministério do Ultramar, 1961: 5).

Simultaneamente, coloca-se uma grande ênfase na constituição de sociedades multirraciais no ultramar, através do incremento da fixação de naturais da metrópole (Castelo, 2007: 135). No preâmbulo do decreto de criação das Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique, que Adriano Moreira fez questão de enviar a Gilberto Freyre uma cópia², é usada uma argumentação nitidamente luso-tropicalista: esclarece-se

1 Adriano Moreira, professor do ISEU e diretor do CEPS, foi subsecretário de Estado da Administração Ultramarina desde 3 de março de 1960, passando a ministro na remodelação governamental de 13 de abril de 1961.

2 Carta de Adriano Moreira para o “Ex.mo Amigo” Gilberto Freyre, datada de Lisboa, 7 de setembro de 1961 (“Creio que terá interesse em conhecer a legislação que consta do Diário do Governo que lhe envio. Chamo a sua atenção para a página 1129. Desculpe não escrever mais longamente, mas o tempo parece escoar-se.”). Correspondência de portugueses para Gilberto Freyre, Arquivo Documental Gilberto Freyre, Fundação Gilberto Freyre, Recife (Brasil). Na p. 1129 Gilberto Freyre é mencionado: “Muito antes de Gilberto Freyre haver analisado o luso-tropicalismo nas suas manifestações dispersas pelo mundo dos trópicos, já outros, geógrafos, historiadores e sociólogos, o haviam advertido,

que os problemas do povoamento “estão na base não só da valorização económico-social de territórios e gentes, como da real elevação destas e a integração com os elementos étnicos alienígenas na pátria comum, naquela harmoniosa comunidade multirracial que tradicionalmente nos temos proposto e esforçado por criar”³. Independentemente das modalidades de povoamento a levar a cabo, “na base da sua concepção estará sempre a realização da vocação ecuménica do povo luso, a traduzir-se na criação de comunidades pluri-raciais plenamente integradas e estáveis, síntese harmónica de valores culturais de variada origem, e de cuja fecundidade na formação de novas civilizações tropicais de singular riqueza se tem apontado o Brasil como o exemplo mais acabado e eloquente”⁴. Afirma-se que a paz, a harmonia e a liberdade dos povos africanos dependem da consolidação “das comunidades multi-raciais que, no decurso da idade moderna, só os povos de raiz peninsular se mostraram capazes de gerar, talvez porque fruto, eles próprios, da confluência e harmoniosa fusão de culturas e etnias de bem diversa origem”⁵.

No contexto das guerras de libertação de Angola, Guiné e Moçambique, os governos coloniais e as Forças Armadas sentiram necessidade de desenvolver iniciativas político-sociais tendentes a granjear apoio entre os colonizados e a reduzir a base de apoio dos movimentos independentistas, bem como a ‘educar’ os colonos nos valores da tolerância racial e dos direitos humanos. Entre os objetivos gerais das campanhas de Ação Psicossocial (Apsic) figurava a promoção do entendimento entre pessoas de diferentes “raças” e de várias religiões, “dentro de princípios de humanidade, justiça e respeito pelos valores tradicionais, numa afirmação constante do conceito de luso-tropicalismo, que nos distingue de outras nações”⁶. Nesse espírito, foram realizadas inúmeras ações, desde promoção

e ainda modernamente escolas diversas da do eminente sociólogo brasileiro o têm posto em relevo.”

3 Decreto n.º 43895, de 6.9.1961, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 207, de 6.9.1961, p. 1128.

4 Idem, p. 1129.

5 Idem, p. 1130.

6 Instruções de APSIC (1970-1971), Conselho Provincial de Acção Psicológica de Moçambique, AHU/MU/GNP/061, cx. 1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

de confraternizações, bailes, sessões de cinema, atividades desportivas, em particular, desafios de futebol⁷.

Num esforço para reter apoios e cativar a opinião pública internacional, Salazar concede várias entrevistas à imprensa estrangeira, nas quais utiliza argumentos inspirados no luso-tropicalismo para justificar a permanência de Portugal em África. À revista *Life*, de Nova Iorque (4 de maio de 1962), acentua o “pendor natural [dos portugueses] para os contactos com outros povos, contactos de que sempre estiveram ausentes quaisquer conceitos de superioridade ou discriminação racial” (Salazar, 1967: 84). Socorrendo-se das teses de Freyre, explica que os portugueses não saberiam estar no mundo de outra maneira, “porque foi num tipo de multirraciedade que, há oito séculos, nos formámos como nação, no termo de diversas invasões, oriundas do Oriente, do Norte e do Sul, isto é, da própria África” (*ibidem*). Em entrevista ao semanário *U. S. News and World Report*, também de Nova Iorque, publicada a 9 de junho de 1962, questionado sobre as diferenças entre a política de Portugal nas suas províncias ultramarinas e a de outras potências coloniais, volta a recorrer às máximas luso-tropicalistas: “diferimos fundamentalmente dos restantes, porque procurámos sempre unir-nos aos povos com quem entrámos em contacto não apenas por laços políticos e económicos mas essencialmente por um intercâmbio cultural e humano no qual lhes demos um pouco da nossa alma e deles absorvemos o que podiam dar-nos” (Salazar, 1967: 125). Não sendo um apologista da miscigenação, antes pelo contrário, Salazar salienta agora à cadeia de jornais *Southam*, do Canadá, em entrevista publicada em dezembro de 1962, que da fusão do português com os “povos descobertos” resultaram as sociedades multirraciais brasileira, goesa e cabo-verdiana e são esses exemplos de capacidade criadora portuguesa que estão prestes a repetir-se em Angola e Moçambique (Salazar, 1967: 156).

7 Nos últimos anos têm sido publicados estudos sobre as interações entre o futebol e o colonialismo português tardio. Por exemplo, Melo e Bittencourt (2013) concluem: “Ao analisar a presença do esporte no *Boletim Geral do Ultramar*, é possível verificar uma clara mobilização da prática no âmbito da política colonial portuguesa, notadamente a partir da década de 1950, algo eminentemente relacionado ao momento delicado pelo qual Portugal passava nos cenários interno e internacional. As representações são claramente embasadas pelo luso-tropicalismo em voga, apontando-se a necessidade de construção de uma unidade, união e identidade imperial.”

Na metrópole, procurou-se igualmente incutir nos portugueses a ideia da benignidade da colonização lusa ou, de forma mais eufemística, “da maneira portuguesa de estar no mundo”. A propaganda – por via da comunicação social oficial e oficiosa e de diversas publicações da Agência Geral do Ultramar – encarregou-se disso, de forma incansável: era urgente moldar o pensamento para conformar a ação, sobretudo dos candidatos a colonos e dos agentes do poder colonial no terreno.

O sucessor de Salazar, Marcelo Caetano, nas suas “Conversas em família” na Radiotelevisão Portuguesa (RTP) várias vezes explicou aos portugueses porque é que Portugal estava vinculado à defesa do ultramar. Se, no passado, usara os argumentos da elevação civilizacional dos povos atrasados de África pelo trabalho (p.e.: Caetano, 1954), enquanto presidente do Conselho de Ministros (1968-74) não teve pejo de recorrer a uma versão nacionalista do luso-tropicalismo. A 5 de março de 1974, a poucas semanas da revolução dos cravos que derrubou a ditadura e abriu caminho à descolonização, num discurso na Assembleia Nacional, Caetano afirmava que a obra dos portugueses em Angola e Moçambique, onde “se caldeiam raças, permutam culturas, se estreitam relações, se aliam esforços”, “representa[va] um positivo contributo para o progresso da Humanidade e da Civilização” (Marcelo Caetano, *apud* Bender, 1980: 25).

Tendo em conta a natureza ditatorial do regime, não é de estranhar que o Estado Novo tenha recorrido ao controlo, censura e manipulação da informação veiculada pelos média da metrópole e das colónias. A conquista da opinião pública era um elemento decisivo na batalha pela sobrevivência e pela integridade da “nação multirracial e pluricontinental portuguesa”. Importa, no entanto, salientar que a gestão da informação para controlo e legitimação dos impérios face ao avanço do anticolonialismo foi uma prática seguida pelos governos democráticos de outras potências imperiais, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Carruthers (1995) mostra que, face um sentimento geral na opinião pública britânica de que os impérios eram anacrónicos e às críticas tanto dos Estados Unidos da América como da União Soviética, os governos britânicos sentiram necessidade de justificar junto da opinião pública metropolitana e de audiências internacionais a sua estratégia política e militar de contrainsurreição na Palestina, na Malásia, no Quênia e no Chipre, e fizeram-no através de uma variedade de técnicas de gestão das notícias e de propaganda.

A mensagem luso-tropicalista do império português tardio

A relação do Estado Novo português com os meios de comunicação social face à contestação internacional ao império português e às lutas desencadeadas pelos movimentos independentistas africanos está largamente por explorar. Embora haja estudos sobre a censura à imprensa durante o Estado Novo que abrangem os anos 60 (p.e.: Castanheira, 2009; César, 2012), são raros os trabalhos que abordam especificamente a relação da censura com o tratamento noticioso das guerras coloniais⁸, e inexistente uma análise abrangente do papel dos média na estratégia de contrainsurreição portuguesa. Neste texto, ensaiamos uma primeira aproximação à articulação entre propaganda e censura na construção de uma narrativa identitária comum ao “mundo que o português criou”, ou seja, Portugal e as áreas de colonização portuguesa na América, na África, na Ásia.

O Gabinete de Negócios Políticos (GNP) foi criado em finais de 1959, na Direção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, como órgão com extensas competências no domínio da investigação, estudo e fiscalização das políticas internas e externas relativas às colónias⁹. Na prática não fazia investigação mas análise de informação recebida (das mais variadas fontes, designadamente dos governos coloniais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do CEPS e de outros organismos da JIU) e disseminação de informação ‘tratada’, numa ótica de orientação da administração colonial e de formação da opinião pública interna e externa. Com um quadro de seis inspectores (três inspectores superiores e três inspetores)¹⁰, maioritariamente ex-alunos do ISEU e vogais e

8 Por exemplo, as teses de mestrado em Ciências da Comunicação, variante de Estudo dos Media e do Jornalismo, defendidas na FCSH-UNL, por Rodrigues (2011) e Torres (2012).

9 Decreto-lei n.º 42671, de 23 de novembro de 1959, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 270, da mesma data, p. 1806-1807. Adriano Moreira (2009: 173-174) reclama a autoria do projeto, a pedido do ministro Lopes Alves, e considera que GNP talvez tenha sido “o primeiro gabinete de planeamento político de um ministério”. O seu arquivo, dividido entre o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa, Portugal), revela que funcionou sobretudo como gabinete de gestão da informação. Sobre o GNP, vd. Silva, 2008.

10 O expediente era assegurado por duas repartições e dispunha ainda de arquivo geral e biblioteca (art. 5.º). Tinha um leque de competências muito vasto (art. 4.º, alíneas 1 a 16), sobretudo atendendo à dimensão do quadro de pessoal e tinha um poder efetivo:

colaboradores do CEPS (por exemplo, João da Costa Freitas¹¹, Alexandre Ribeiro da Cunha¹², Amadeu Castilho Soares, Óscar Soares Barata e João Pereira Neto), não é de admirar que o GNP se inspirasse nas conclusões das missões e dos colóquios do CEPS (Barata, 1995: 34). Importa, contudo, perceber que essa ligação não era accidental; colocar os investigadores do CEPS e o conhecimento que produziam ao serviço do GNP foi uma decisão deliberada¹³. A estreita ligação entre o CEPS e o GNP também passou pela incorporação dos arquivos técnicos da Missão de Estudos dos Movimentos Associativos em África (1957-60)¹⁴, chefiada por Joaquim Moreira da Silva Cunha, posteriormente subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1962-65) e ministro do Ultramar (1965-73).

Uma vez que o jornalismo contribui ativamente para a produção, reprodução e naturalização das conceções coletivas sobre a realidade (Mats Ekström, *apud* César, 2012: 66), o GNP empenhou-se em desenvolver ação direta junto da imprensa diária de Lisboa e do Porto elaborando notícias, artigos, comentários e textos de doutrinação permanente e eventual, orga-

podia corresponder-se com todos os serviços de qualquer natureza ou categoria (§ único do art. 6.º).

- 11 João da Costa Freitas, primeiro diretor do GNP, era vogal do CEPS, onde orientava o sector da Mão-de-Obra no Campo da Política Interna, foi subsecretário de Estado da Administração Ultramarina durante o período em que Adriano Moreira foi ministro do Ultramar. Segundo Moreira (2009: 173-174 e 318), era um amigo e o mais notável dos seus colaboradores.
- 12 Tinha sido secretário de Salazar e era vogal do CEPS, onde orientava o sector das Questões Internacionais de Trabalho.
- 13 O GNP recorria a trabalhos impressos e a relatórios inéditos que davam a conhecer as populações colonizadas, a situação política internacional e as ameaças aos “interesses nacionais ultramarinos”. Era publicamente assumido que os numerosos trabalhos do CEPS pretendiam contribuir “para o esclarecimento, sobretudo além-fronteiras, da nossa acção ultramarina” (Portaria n.º 19210, de 30.5.62, que criou o Centro de Estudos de Antropobiologia da JIU, *Diário do Governo*, da mesma data. De igual modo, pesquisas sobre propaganda e política de informação eram particularmente úteis ao GNP. Neste particular, registre-se que José Júlio Gonçalves, bolseiro do CEPS na Universidade Comptense de Madrid, e depois secretário do CEPS e professor no ISCSPU, publicou em 1961 o livro *Técnicas de Propaganda: Elites, quadros e outros estudos*, e em 1963 publicou nos n.º 61 e 64 da coleção «Estudos de Ciências Políticas e Sociais» do próprio CEPS, os livros *Política de informação: Ensaios, e Sociologia da informação*.
- 14 Cf. n.º 2 da portaria n.º 17705, de 30 de abril de 1960, que extinguiu aquela missão, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 101, de 30 de abril de 1960, p. 1030.

nizando documentação textual e fotográfica que disponibilizava às redações, preparando conferências, “a fim estabelecer e manter um contacto pessoal [entre o subsecretário da Administração Ultramarina ou o diretor do GNP e os representantes dos jornais] que pode ser de extraordinária importância na orientação dos jornais – [...] facilitando, inclusivamente, a acção deferida à Direcção dos Serviços de Censura à Imprensa”¹⁵.

Como muito bem demonstrou César (2012: 111), “a censura é fundadora do mito e da obra da ditadura, era a sua mensagem”. A “censura e [a] propaganda eram parte do mesmo processo de condicionamento e coerção do espírito e da auto-determinação cognitiva. [...] De forma consciente, racional e calculada, a sua acção visava propagar a política do regime e, assim, assegurar a homogeneidade e o consentimento.” Ainda segundo César (2012: 131), “Todo o aparato concorria para que a censura fosse a mensagem produtora de significados da política do espírito. [...] Estabelecia as relações entre o aparato da coerção e os meios de comunicação social na sua dupla significação quer de exclusão quer de inscrição de temas e factos”. Ou seja, a censura não se limitava a cortar, sonegar ou destruir informação, também moldava a informação ao emitir ‘sugestões’ de edição.

Para uso interno da Direcção dos Serviços de Censura à imprensa, o GNP elaborou um projeto de normas de carácter permanente, em julho de 1960. Segundo esse documento, “o primeiro ponto a ter presente na censura aos textos (noticiário e outras informações, reportagens, artigos e comentários) que se refiram ou tenham relação com o Ultramar, parece dever ser [...] a unidade intrínseca de todos os territórios portugueses, seja qual for o continente em que se encontrem”¹⁶. Assim, deviam evitar-se expressões que revelassem clara ou implicitamente separação entre a metrópole e as províncias ultramarinas (por exemplo: em vez de “Portugal e o Ultramar” ou “Portugal e as suas províncias ultramarinas”, devia escrever-se “Portugal metropolitano e ultramarino” ou “províncias

15 Apontamento n.º 65, do GNP, “Primeiro escalão da acção a desenvolver no sector da informação e opinião pública”, elaborado por Eduardo Freitas da Costa, de 6 de julho de 1960, fl. 5-7. AHU/MU/GNP/158, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

16 Apontamento n.º 72, do GNP, “Projecto de normas de carácter permanente para uso interno da Direcção dos Serviços de Censura com relação ao Ultramar”, elaborado por Eduardo da Costa Freitas, de julho de 1960, fl. 1. AHU/MU/GNP/158, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

européias e extra-européias de Portugal”); deviam evitar-se referências às províncias ultramarinas como partes separadas do todo nacional (em vez de “as relações do Congo com Angola” ou “da União Sul-Africana com Moçambique”, devia escrever-se as relações do Congo ou da União Sul-Africana com Portugal e havendo necessidade de especificar: “as relações do Congo com Portugal, na sua província de Angola”)¹⁷; não se podia esquecer a posição de Portugal como Estado independente em África, na Ásia e na Oceânia, e não apenas na Europa (Portugal teria de figurar em qualquer enumeração de nações ou de Estados asiáticos ou africanos)¹⁸ e, além de Espanha, Portugal tinha como vizinhos a China, a Indonésia, o Mali, a República da Guiné, o Tanganica ou a 2.ª República do Congo¹⁹.

Outro aspeto fundamental que devia ser tido em conta – segundo as instruções do GNP para a Direção dos Serviços de Censura à imprensa – era a importância da miscigenação na colonização portuguesa e da “formação do ‘homem português’ [...], com todas as suas implicações e consequências de não discriminação e de perfeita convivência racial”. Portanto, não se podia sequer insinuar qualquer distinção entre raças. Do mesmo modo, e embora “a religião católica seja a da maioria da população portuguesa civilizada e constitua um poderoso elemento da nossa tarefa civilizacional”, não se podia atacar ou ofender as religiões islâmica, hindu e budista, sob pena de “magoar muitos compatriotas nossos”²⁰.

Finalmente, no projeto de instruções para a Direção dos Serviços de Censura o GNP chamava a atenção para necessidade de tratar com especial cuidado as matérias em que a posição de Portugal fora da Europa era alvo preferencial de críticas nas tribunas internacionais: a educação, a assimilação e o trabalho forçado²¹.

O GNP mostrou-se atento à importância da fotografia, difundida através dos jornais e sobretudo das revistas ilustradas, como meio de propaganda da presença portuguesa no ultramar e contrapropaganda face ao movimento anticolonial. Num apontamento elaborado por Alexandre

17 *Idem*, fl. 2.

18 *Ibidem*.

19 *Idem*, fl. 3.

20 *Idem*, fl. 4.

21 *Idem*, fl. 5.

Ribeiro da Cunha, sugere-se a compilação de imagens que representem Portugal em África, que o Gabinete possa disponibilizar aos jornalistas. Imagens que ajudem as opiniões públicas estrangeiras a ver (“pois, como São Tomé, só vendo acreditam”) “a nossa determinação de ficarmos em África porque somos um País africano”²².

As orientações do GNP ecoam na “tentativa de saneamento do racismo do espaço mediático” (Cardão, 2012: 31) e na proliferação de imagens desse desejado multirracismo nas revistas ilustradas, sobretudo no tratamento de acontecimentos da cultura de massas, como o futebol, o Festival RTP da Canção ou o Concurso *Miss* Portugal, e dos seus ícones: Eusébio, Eduardo Nascimento ou Riquita. Cardão (2012: 44) revela que o fotojornalismo se constituiu como um “instrumento central na definição da identidade portuguesa e um modo de tornar visível e interiorizável a singularidade do *mundo português*. A existência de um espaço mediático comum deixou vestígios materiais, escritos e visuais, da alegada exceção portuguesa em várias publicações”.

Numa informação secreta sobre “Informação e formação da opinião pública interna, em matéria ultramarina”²³, Óscar Soares Barata considera que “se impõe esclarecer a grande massa da população metropolitana sobre o significado do Ultramar na vida da Nação, sobre os fundamentos morais e políticos da orientação que se segue em matéria de política ultramarina, no plano nacional e no internacional, sobre as reais características e potencialidade dos territórios para cuja conservação se lhe pedem consideráveis sacrifícios em homens e haveres”. Defende que a brochura é um bom meio informativo para os indivíduos com cursos superiores e médios e estudantes dos anos mais avançados desses cursos. Porém para uma audiência mais vasta o texto deve ser substituído pela imagem – a fotografia ou o gráfico esclarecedor. O cinema, a rádio, a exposição itinerante, o cartaz, o artigo de jornal, a palestra também são meios a privilegiar quando se trata de chegar ao grande público. Em termos de conteúdo, destaca nomeadamente “os métodos tradicionalmente seguidos pelos portugueses no trato com os autóctones, o significado real do pluralismo português”.

22 Apontamento n.º 106-A, do GNP, sem título, de 23 de agosto de 1960, fl. 2-3. AHU/MU/GNP/158, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

23 Informação secreta n.º 360, do GNP, de 11 de abril de 1962. AHU/MU/GNP/060/cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

Segundo Ferreira (2012) a Emissora Nacional de Radiodifusão (EN), a rádio pública, foi instrumentalizada ao longo do conflito colonial como uma verdadeira arma na propagação da mística imperial (nesta fase, eu diria, da mística luso-tropical). Aproveitando-se da sua capacidade de penetração transversal em todas as camadas sociais e regiões do país, e capitalizando a sua liderança nas audiências, o regime manipulou-a como instrumento político de persuasão e construção de um consenso na opinião pública portuguesa em torno da defesa da integridade nacional.

O GNP encarregou-se de elaborar uma rubrica diária para ser transmitida pela EN, preenchida com material de expressão ultramarina, “de comentário às acusações, equívocos e boatos postos a correr pela Imprensa e Rádio mundiais sobre a nossa posição”²⁴. A referida rubrica começou a ser emitida em meados de fevereiro de 1960, indo para o ar todos os dias, exceto às quintas-feiras e aos domingos, no bloco noticioso das 21 horas²⁵. Nos comentários tratavam-se temas do interesse nacional relacionados com os “territórios extra-europeus” de Portugal, por exemplo: o ataque da União Indiana a Goa, o “terrorismo” em Angola, o anticolonialismo da ONU, a influência comunista (URSS e da China) em África, a situação dos países africanos e asiáticos independentes, visitas ministeriais ao ultramar, posições do ministro dos Negócios Estrangeiros português, o povoamento ultramarino, o desenvolvimento económico de Angola, o ensino no ultramar, a comunidade luso-brasileira. Portugal era invariavelmente apresentado como uma nação étnica e culturalmente heterogénea desde a sua formação, dispersa geograficamente por vários continentes. Eram usadas amiúde as palavras *universalismo*, *multirracismo*, *antirracismo*, *pluralismo*, *ecumenismo* a propósito da “maneira portuguesa de ser e de estar no mundo”. Gilberto Freyre (o autor e/ou o seu luso-tropicalismo)

24 Apontamento n.º 65, “Primeiro escalão da acção a desenvolver no sector da informação e opinião pública”, elaborado por Eduardo Freitas da Costa, em 6.7.1960, fl. 9. AHU, MU/GNP/158, cx. 1.

25 Agradeço a Nelson Ribeiro que me indicou a publicação (*Rádio Nacional*) onde podia consultar as grelhas de programação da Emissora Nacional – Lisboa I. A título de curiosidade, reproduzo dois exemplos retirados daquelas grelhas: 9 de janeiro de 1961, segunda-feira, “21.00 – Sinal horário – Noticiário – Boletim meteorológico – Comentário”; 4 de janeiro de 1964, sábado, “21.00 – Sinal horário – Noticiário – Comentário – Crónica de Angola”. A partir de janeiro de 1970 os comentários do GNP passaram a constituir a rubrica Ideias e factos (cf. AHU/MU/GNP/161/cx. 9).

era referência assídua nesses comentários. É o caso do comentário sobre a Comunidade Luso-Brasileira, de que reproduzimos o seguinte excerto:

“O que define, efectivamente, Portugal, o que nos individualiza entre as demais Nações, é aquilo que se tem chamado espírito de missão, quer dizer; afã de levar mais além no espaço o conceito de vida de que se é portador; não o desejo de um Império económico ou terreno, nem sequer de domínio político – mas a vocação irresistível de transmitir a outros a Verdade de que se está possuído. [...]

[...] Portugal só é inteiro quando é mundial – então, verdadeiramente começa a sua vida física; Portugal só atingirá a sua autêntica projecção no Mundo quando ultrapassar o plano nacional – o seu apogeu chegará com a plenitude da Comunidade Luso-Brasileira, com a maturidade do complexo lusotropical. É para isso que hoje caminhamos, é para isso que havemos de trabalhar.”²⁶

Na prática, o objetivo dos comentários, de vincado conteúdo propagandístico, era fazer a ‘pedagogia’, a doutrinação dos portugueses sobre quem eram (enquanto povo), qual a sua missão no mundo e como se deviam comportar. A pretexto de um colóquio que estava a decorrer em Lisboa, ouvia-se na Emissora Nacional:

“[...] é essencial [...] sabermos o que significa ser português e como tem de se traduzir nas realidades político-sociais e no quadro da geografia humana essa condição de português. Ora – porque a questão não estava realmente em causa e todos os portugueses, mesmo inconscientemente, sentiam a presença, nas suas almas, dos elementos que constituem essa fundamentação – não tinha havido até agora, praticamente, a preocupação de investigar os tais elementos por forma sistemática e de procurar com eles elaborar a tal fundamentação como corpo estruturado.

E foi a agressão contra nós, em Angola, que veio chamar violentamente a atenção dos portugueses para a necessidade dessa investigação e dessa elaboração, não apenas como exercício intelectual mas como base prática e consciente de acção. Do bastante que vai já aparecendo sobre o assunto – e é impossível

26 Comentário n.º 263, datado de 5.9.1961, assinado por Eduardo Freitas da Costa, intitulado “Caminhos de grandeza”. AHU, MU/GNP/161, cx. 1.

não destacar os estudos de Gilberto Freyre e o livro apaixonante de Francisco Cunha Leão sobre ‘O enigma português’ – é justo chamar a atenção para o colóquio agora organizado em Lisboa por um grupo de jovens escritores e pensadores sobre o tema geral «O que é o ideal português?»²⁷.

Numa tentativa de contrariar a todo o transe as acusações de racismo e discriminação nas colónias portuguesas, bem como sentimentos de superioridade racial que persistiam entre os colonos, noutra comentário, chega-se a afirmar que os portugueses não são brancos:

“Pois é prezados ouvintes! Nós somos, sem sombra de dúvida, um povo *euro-africano*, acima de tudo. Os descendentes desses cativos africanos – tal prática era ao tempo corrente em todo o Mundo e nomeadamente no seio das sociedades tradicionais africanas – fundiram-se com as gentes portuguesas da época e a vivência desses genes, desses factores de hereditariedade assim obtidos, persiste nos chamados metropolitanos aos quais um incompreensível critério geográfico pretende negar direitos e afinidades em relação à África. Aqueles que nos escutam podem ficar com a certeza de que, entre os Portugueses não há ‘brancos’ no sentido de etnia diferenciada.”²⁸

Num comentário intitulado “O que também desejamos, como nação africana”, criticam-se as “manifestações de protesto [contra o colonialismo português], mesmo quando a sua forma é a de ‘marchas de silêncio’”, argumentando-se que só no “Mundo que os Portugueses criaram” era possível vislumbrar uma atitude de respeito pela dignidade e igualdade de todos os homens²⁹.

Estes comentários são paradigmáticos das intenções do GNP com a sua rubrica radiofónica diária: naturalizar a suposta tolerância racial dos

27 Comentário n.º 201, do GNP, elaborado por Eduardo Freitas da Costa, intitulado “Fundamentação do portuguesismo”, de 21.6.1961. AHU/MU/GNP/161, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

28 Comentário n.º 183, do GNP, elaborado por Carlos Maria Alexandrino da Silva, intitulado “A verdadeira sociedade plurirracial: nós, portugueses, não somos ‘brancos’”, de 5.8.1964. AHU/MU/GNP/161, cx. 4, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

29 Comentário n.º 90, do GNP, elaborado por José Alberto Pereira Monteiro, de 16.4.1965. AHU/MU/GNP/161/cx. 5, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

portugueses entre o público ouvinte da EN, escamoteando as causas e a existência de uma guerra colonial em três frentes.

Ferreira (2012: 203-214) considera que a EN, à semelhança das “rádios oficiosas” controladas pelo Estado, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença, teve “um poder difuso sobre as massas: modestamente manipulador e discretamente persuasivo” no que respeita à guerra colonial. Depois de uma primeira fase de adesão genuína da opinião pública à defesa das colónias, “a EN falhava agora na sua função de garantir o apoio da população”; quando se deu o 25 de Abril de 1974, “O ideário imperialista estava falido no coração dos portugueses”; e a EN “Provou que perdera eficácia ao serviço do regime quando não conseguiu ajudar a mobilizar ninguém para o defender” (Ferreira, 2012: 221-22). Mas será que se pode falar em derrota ideológica da emissora estatal se a imagem que projetou e ajudou a enraizar dos portugueses sobre si próprios, sobre a sua história e sobre o seu lugar no mundo, continuou a ecoar depois da descolonização (exceto eventualmente no breve interregno revolucionário)?

A RTP, cujas emissões regulares tiveram início em 1957, também foi alvo de particular atenção do GNP. Numa informação sobre a colaboração a prestar pelo Ministério do Ultramar na RTP, João Mesquitella defende que não tem razão de existir o programa “Presença do Ultramar” em que se foca quase exclusivamente questões e problemas da “actividade ultramarina”. Em sua opinião, “dado que Portugal constitui um todo”, o ultramar devia ser um tema presente em toda a programação. Salienta “a influência e a penetração que tem nas massas o meio audiovisual [...] muito em particular nas províncias metropolitanas, onde a TV tem uma assistência verdadeiramente sensacional – cerca de um milhão e duzentos mil telespectadores – pelo que, a inclusão nas diversas rubricas de temas e assuntos ultramarinos seria sobejamente benéfico sob todos os pontos de vista”³⁰.

30 Informação n.º 851, do GNP, elaborada por João Mesquitella, de 4.2.1964. AHU/MU/ GNP/162, cx. 10, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

Naturalização do luso-tropicalismo e persistência pós-colonial

Neste texto verificámos que o Estado Novo português usou o luso-tropicalismo no âmbito da formação da opinião pública portuguesa nas últimas décadas do império e esforçou-se para que fosse veiculado às audiências internacionais, após a entrada de Portugal na ONU e sobretudo depois do início das lutas de libertação em Angola, na Guiné e em Moçambique.

A construção de uma “vulgata luso-tropicalista” (Léonard, 1997: 223), capaz de legitimar a permanência de Portugal em África não foi só obra da propaganda do Estado Novo mas também do aparelho censório. Os serviços de censura, longe de se limitarem a cortar informação, também se preocuparam em formatar informação. O luso-tropicalismo norteou as preocupações da censura aos textos de imprensa e às emissões radiofónicas sobre o ultramar nos anos 60 e até 1974, graças às diligências do GNP.

Apenas como apontamento para pesquisas futuras, noutras vertentes que não foram aqui tratadas, registamos que há evidência empírica para explorar o papel do GNP naquilo que se configura como uma censura prévia a ensaios sobre as colónias³¹, no controlo e vigilância aos investigadores e jornalistas estrangeiros em trabalho de campo e/ou visita ao ultramar³² e numa estratégia que podemos chamar de contrainformação científica sobre a África “portuguesa” a nível global³³.

Embora até aqui o GNP não tenha sido sequer mencionado nas análises sobre o aparelho político-ideológico do Estado Novo (Azevedo, 1999: 56, *apud* Ferreira, 2012: 95-96), fica demonstrado que esteve, desde finais dos anos 50, entre as mais importantes instituições daquele aparelho,

31 O GNP devia verificar se os manuscritos avaliados podiam ser publicados. Para tal, deviam ser patrióticos e contribuir para a propaganda da ação ultramarina portuguesa. Vd. Informação n.º 494, do GNP, elaborada por Óscar Soares Barata, de 17.9.1962, sobre o livro do jornalista Sardoeira Pinto, *Angola, pedaço lindo de Portugal*. AHU/ MU/GNP/135/cx.37, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

32 Para o efeito dispomos de abundante documentação no Arquivo do GNP no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa, Portugal) relativa a “Visitas, passaportes e vistos” a jornalistas, técnicos e cientistas estrangeiros destinados a Angola, Moçambique e restantes colónias.

33 Veja-se, a este propósito, o artigo de Curto (2013) sobre o “Projecto David”, a resposta orquestrada pelo GNP, como apoio da Fundação Gulbenkian, ao livro de James Duffy, *Portuguese Africa* (1959).

congregando habilmente censura e propaganda, com o objetivo central de inculcar na opinião pública (nacional e internacional) o mito da excecionalidade portuguesa e a adesão à defesa da “nação pluricontinental e multirracial”.

O facto de a censura ter ativamente veiculado uma mensagem luso-tropicalista também é um dado novo, que merece um estudo mais atento e aprofundado. Está ainda por fazer uma pesquisa no arquivo da Direção dos Serviços de Censura (no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) que nos permita perceber como as instruções do GNP foram acolhidas e seguidas; se houve tensões, disputas, negociações, entre os dois organismos. Porém, através da consulta da imprensa – outra fonte a explorar de forma sistemática – encontramos reflexos daquelas instruções e sugestões³⁴.

Podemos concluir que os média portugueses, no contexto do colonialismo português tardio, condicionados pelo aparelho político-ideológico do Estado Novo, contribuíram para a difusão no senso comum de uma versão nacionalista e simplificada do pensamento de Gilberto Freyre. Atuaram como dispositivos centrais do processo de naturalização dos principais chavões do luso-tropicalismo, para um certo imaginário sobre uma comunidade de sentimento e de cultura entre Portugal e os espaços de colonização portuguesa, o que teve repercussões a longo prazo. Estudos no âmbito da psicologia social sobre as autorrepresentações dos portugueses (Vala *et al.*, 1999; Valentim, 2011) confirmam a persistência pós-colonial de uma narrativa sobre a excecionalidade da relação de Portugal com os trópicos.

Referências

- ALEXANDRE, V. (1979). *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa: Sá da Costa.
- ALEXANDRE, V. (1999). O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (ed.) *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 133-144). Lisboa: Celta Editora.

34 César (2012: 239) dá-nos conta que uma nota manuscrita na peça “Aumentaram os preços da gasolina em Angola e Moçambique” chamava “a atenção do sr. Orlando Gonçalves” para a necessidade de substituir “Portugal” por “Metrópole”. De facto a alusão a Portugal pressupunha a identificação de Angola e Moçambique como realidades autónomas e não como partes integrantes de uma nação unida do Minho a Timor, como a censura se encarregou de impor. Da mesma forma, quando o *Notícias da Amadora* escrevia Guiné-Bissau via a designação invariavelmente cortada ou substituída por “provincia ultramarina da Guiné”.

- BARATA, Ó. S. (1995). Adriano Moreira: quarenta anos de docência e acção política. In AAVV, *Estudos de homenagem ao professor Adriano Moreira, 1º Vol.* (pp. 15-120). Lisboa: UTL-ISCS.
- BENDER, G. (1980). *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- CAETANO, M. (1954). *Os Nativos na Economia Africana*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CARDÃO, M. (2012). *Fado Tropical: O Luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- CARRUTHERS, S. L. (1995). *Winning Hearts and Minds: British Governments, the Media, and the Colonial Counter-Insurgency, 1944-1960*. Leicester: Leicester University Press.
- CASTANHEIRA, J. P. (2009). *O que a censura cortou*. Lisboa: Expresso.
- CASTELO, Cláudia (1999) “O modo português de estar no mundo”: *O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*, Porto, Afrontamento.
- CASTELO, C. (2007). *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- CÉSAR, O. (2012). *O agir jornalístico face à economia da censura: O caso do Notícias da Amadora*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- CURTO, D. (2013). The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer’s Position. *E-Journal of Portuguese History*, 11, 1. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue21/pdf/v11n1a01.pdf. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.
- FERREIRA, C. (2012). *Os media na guerra colonial. A manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. Coimbra: Minerva.
- FREYRE, G. (1953). *Um brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível Luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GALLO, D. (1988). *O saber português: Antropologia e colonialismo*. Lisboa: ER-Heptágono.
- LÉONARD, Y. (1997). « Salazarisme et Lusotropicalisme: Histoire d’une Appropriation ». *Lusotopie*, número spécial: *Lusotropicalisme, idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones* (pp. 211-226). CEAN, Karthala.
- MELO, V. A. de, Bittencourt, M. (2013). O esporte na política colonial portuguesa: o Boletim Geral do Ultramar. *Tempo*, 19 (34): 69-80
- MINISTÉRIO do Ultramar (1961). *A legislação de 6 de Setembro de 1961*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

- MOREIRA, A. (2009). *A espuma do tempo: Memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina.
- PEREIRA, M. (2006 a). *Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- PEREIRA, R. M. (2006 b). Uma visão colonial do racismo. *Cadernos de Estudos Africanos*, 9-10: 129-140.
- RIBEIRO, O. (1999 [1956]). *Goa em 1956: Relatório ao Governo*. Lisboa: CNCDP.
- RODRIGUES, S. P. (2011). *Guerra Colonial: Que Jornalismo? Como o jornal O Século abordou o início do conflito ultramarino português*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SALAZAR, A. O. (1967). *Entrevistas: 1960-1966*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SILVA, C. B. (2008). *Administrando o Império: o Ministério das Colónias/Ultramar (1930-1974)*. Tese de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- TORRES, S. M. M. (2012). *A Guerra Colonial na Revista Notícia*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- VALA, J.; Brito, R. & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: Perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: ICS.
- VALENTIM, J. P. (2011). Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos. In M. J. Simões (Coord.), *Imagotipos literários: Processos de (des)configuração na imagologia literária* (pp. 55-75). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.